



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

GABINETE DO MINISTRO  
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência o  
Secretário de Estado dos  
Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento (AR),  
1249-068 Lisboa

---

SUA REFERÊNCIA  
3075

SUA COMUNICAÇÃO DE  
13-08-2018

NOSSA REFERÊNCIA  
Nº: 7276/2018  
ENT.: 9147/2018  
PROC. Nº: 868.447

DATA  
12-10-2018

---

**ASSUNTO:** Resposta à Pergunta n.º 3258/XIII/3.<sup>a</sup> de 12 de agosto de 2018

Na sequência do Ofício supra identificado, e em resposta à Pergunta n.º 3258/XIII/3.<sup>a</sup>, de 10 de agosto de 2018, formulada pelos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PAN, encarrega-me Sua Excelência, o Ministro da Administração Interna, de informar o seguinte:

Um incêndio florestal de dimensão complexa, como foi o caso do incêndio da Pedra da Negra (Monchique), caracteriza-se, regra geral, por um conjunto de fatores de natureza distinta que concorrem, entre si, para a criação de um cenário multifacetado e cuja gestão obedece a regras e procedimentos previamente definidos. Nestes casos, os cenários evoluem de forma muito rápida e dinâmica, geradores de diferentes riscos e que conduzem a uma conduta operacional que deve ser cuidada e adequada em cada caso concreto.

No decorrer da intervenção, os meios podem estar estacionados por vários motivos de natureza operacional, por exemplo: 1) o caso do incêndio estar fora da capacidade de extinção e importar salvaguardar os meios humanos e materiais para períodos de oportunidade operacional; 2) os meios poderem encontrar-se estacionados na zona de concentração e reserva do teatro de operações, local onde se estacionam temporariamente os meios e recursos disponíveis sem missão imediata atribuída; 3) os meios estacionados sem atividade operacional poderem representar a reserva estratégica para situações de exceção constituída a cada momento pelo Comandante das Operações de Socorro; 4) os meios estarem em fase de recuperação depois de um período de atividade, permitindo que possam ser empregues como forças regeneradas depois dos períodos de descanso.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO  
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Assim, perante os motivos identificados, a existência de meios estacionados no âmbito de um Teatro de Operações, particularmente em operações de maior dimensão, resulta da avaliação operacional do Comando.

A mudança do Comando da operação processou-se de acordo com as premissas contidas no Sistema de Gestão de Operações (SGO) e em função da apreciação da evolução da operação que foi efetuada a cada momento.

Com efeito, o exercício do Comando em situações operacionais complexas rege-se por um conjunto de normativos e disposições que auxiliam a parametrizar os limites dessa mesma ação, tendo sempre como referência a missão a cumprir, a complexidade da ameaça, as características do teatro de operações, os meios envolvidos, a situação envolvente, os objetivos a assegurar e a complexidade das coordenações a desenvolver.

No incêndio de Monchique a passagem do comando do nível distrital para o nível nacional baseou-se na possibilidade de flexibilidade conferida ao Comandante Operacional Nacional na implementação da Fase V do SGO. A avaliação operacional determinou que, até à madrugada de 7 de agosto, o nível de comando e coordenação estivesse conferido ao Comandante Operacional Distrital de Faro.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

---

José Luís Barão